

UNIFAE

**ANÁLISE DAS CONDIÇÕES PARA O
INVESTIMENTO PRODUTIVO NO PERÍODO 1994-
2004.**

Artigo publicado no livro Pesquisas e Temáticas em Integração Regional, em 2008, sendo Gilberto Brandão Marcon o primeiro autor, e co-autoria de Marco Aurélio Ferreira, ambos economistas, com especializações em Administração.

**SÃO JOÃO DA BOA VISTA-SP
2008**

Introdução

No rol das políticas públicas talvez a mais importante seja justamente aquela em torno da qual todas as demais se vinculam e neste sentido, em relação a uma nação, nada mais importante do que a produção, afinal é este o momento de criação de riqueza para uma sociedade e precede, portanto, o momento seguinte que é o da distribuição.

Neste sentido, dentro da teoria econômica se debatem dois ramos em torno da participação ou não do Estado, no que tange a intervenção ao funcionamento econômico de uma nação.

De um lado se posiciona o pensamento liberal, associado ao período de nascimento e consolidação do modo de produção capitalista por intermédio da Revolução Industrial; de outro, na linha reformista (e não revolucionário), está o pensamento keynesiano que surge a partir da crítica da escola clássica detentora do liberalismo.

A contraposição entre estas duas correntes se faz na posição liberal que defende o *laissez faire*, que implica na total liberdade das forças econômicas (oferta e procura) como fundamento para que o mercado se auto regule, sem qualquer intervenção do Estado. Isto ocorrendo garante-se que tal liberdade manterá a economia funcionando numa contínua tendência ao pleno emprego, o que ocorre à medida que, segundo outro pressuposto básico, a Lei de Say, “a oferta gera sua própria procura”. Com todos os recursos empregados, a questão chave da teoria clássica é a alocação de recursos, como organizá-los para maximizar a sua utilização.

Já a de Keynes, teve sua teoria construída em momento de crise do capitalismo, o que implica em dizer crise de emprego, seja do trabalho, seja do capital. Formado na teoria clássica, não encontrava nela respostas para crise; para os liberais poderiam ocorrer movimentações alocativas, que determinassem desemprego momentâneo, mas já a caminho de novo emprego, desemprego mesmo só se fosse voluntário. Infelizmente a realidade dos anos trinta, com sua super oferta produtiva desmentia a Lei de Say, punha em xeque o modo de produção capitalista. O exposto justifica o objeto de estudo da teoria keynesiana, o desemprego, ou de outra forma o emprego no sentido de buscar encontrar o que definia esta variável para assim poder buscar construir instrumentos econômicos que permitissem retirar a economia da crise.

Seu problema eram as “flutuações do emprego”, sua dúvida: “qual a variável econômica que definiria tais flutuações?”, o que ele acaba definindo como sendo a variável investimento, em dedução a ser explicada na “Revisão Teórica” deste texto.

O problema deste texto será desenvolvido num paralelo do momento histórico dos anos 30 e os 90, da Inglaterra e o mercado internacional da Crise de 1929, como o Brasil do Plano Real de 1994, onde a questão essencial será o desemprego. Dado o desenvolvimento teórico keynesiano, o objeto será o “investimento”, que é a variável determinante, já elucidada por Keynes.

Os anos trinta representarão um momento de crise do capitalismo e da doutrina econômica que lhe dava sustentação: o liberalismo. Os anos noventa, pelo contrário, serão novo momento de auge do capitalismo, novamente sob a égide da doutrina liberal, a partir do fim da Guerra Fria, que determinou o fim do mundo bipolarizado, entre o capitalismo e o socialismo, liderados respectivamente por EUA e URSS. Em 1989, a queda do Muro de Berlim e em 1991, fim da URSS. A Guerra Fria tinha um vencedor natural que o motivo da disputa, o modo de produção deste fosse globalizado, seguindo os preceitos do livre comércio internacional do receituário liberal.

O período focalizado por este trabalho é de 1994-2004, a partir do Plano Real que efetivamente inseriu o Brasil no contexto globalizado. Este atingiu seu auge em termos de benefícios em 1997 e, em razão de fundamentos econômicos insustentáveis, levou o país a tal nível de vulnerabilidade que a partir de 1999 assumiu novas diretrizes.

Assim, novamente se tem uma situação de crise em um modelo instituído em diretrizes liberais, uma significativa coincidência, guardadas as devidas proporções, da Inglaterra, líder mundial, e o Brasil emergente. Assim, a teoria keynesiana aqui tomada de empréstimo encontra pela frente, no objeto de análise do presente, resquícios do passado onde nasceu.

A importância científica que o justifica é o exercício comprobatório de instrumentos teóricos de um lado, mas também um acréscimo, que não se propõe a ser novidade, mas antes síntese de abordagens que convergem a pontos comuns.

Sua maior relevância está em ser um tema da atualidade, e trabalhar com a idéia da exclusão no plano dos agregados macroeconômicos que, se bem trabalhados, trariam soluções bem mais abrangentes do que aquelas que, embora importantes, atuantes que são no segmento microeconômico, apresentam menor abrangência, porém, geralmente com a vantagem da

facilidade da execução. Aqui a pretensão é contribuir para esclarecer e, se possível, acrescentar um pouco mais de conhecimento.

O método será de pesquisa bibliográfica, em especial na sua estruturação histórica e teórica, pois no tange as informações de período relativamente recente, também será buscado material em revistas e jornais. O estudo estará estruturado em seis partes, introdução, revisão histórica e teórica, desenvolvimento, conclusão e bibliografia. No que tange, ao desenvolvimento será dividido em três partes, variáveis que influenciam o investimento, a atual situação conjuntural do investimento e variáveis influenciadas pelo investimento. Na primeira estarão, poupança, decisão de investir segundo comparação das taxas, decisão de investir segundo expectativas, política fiscal, déficit e superávit, e política de crédito. No segundo o próprio investimento. E por fim no terceiro, produção, emprego e renda.

I-A Realidade Histórica

“As funções do Governo na economia expandiram-se consideravelmente no século XX. Como resultado não só de uma evolução dos próprios princípios teóricos, que determinam a necessidade de intervenção governamental no sistema econômico, como também de modificações substanciais nas preferências das coletividades, quanto à necessidade de uma maior intervenção do Governo em atividades relacionadas com a distribuição de Renda Nacional”.¹

“Tendo sido o grande promotor do desenvolvimento econômico e social ocorrido no mundo, nas décadas de 1930/1960, o Estado, a partir da década de 70, foi identificado como responsável pela redução das taxas de crescimento econômico, e guindado ao papel de vilão, passando a ser responsabilizado pela queda as taxas de crescimento, elevação dos níveis de desemprego e da inflação. Era a retomada das idéias neoliberais do Estado mínimo, fundadas na constatação que o crescimento disfuncional do Estado e impulsionadas pelo fenômeno da globalização.”² Estará portanto dentro dos princípios liberais, que efetivamente foram aplicados, seguindo as diretrizes que foram sintetizadas no “Consenso de Washington” .

O receituário de reformas indicava o planejamento de sua implantação em duas etapas. “Na primeira, liberalização e estabilização econômica, enquanto na segunda, de cunho institucional, na visão dos seus defensores indispensáveis para criar a infra-estrutura de uma

¹Fernando REZENDE, Finanças Públicas, p.25.

² José Matias PEREIRA, Finanças Públicas, p.17.

economia de mercado com progresso social. Propunha-se a redução do estado via privatização, acompanhada de outras reformas visando corte de gastos públicos como da previdência, ou como a trabalhista e sindical, objetivando a desregulamentação do mercado.”³

No caso brasileiro, o período selecionado, 1994-2004, pode ser dividido em duas partes: a primeira, julho de 1994 até 15 de janeiro de 1999, e a segunda, 16 de janeiro de 1999 em diante.

“Foi um período de drásticas mudanças, sem meio termo. No primeiro [1994-1998], a ordem era manter a estabilidade econômica a qualquer custo. Foi o tempo do câmbio fixo e da abertura às importações. No pós 1999, com o câmbio flutuante, a ordem passou a ser “exportar ou morrer”.⁴

I.1-Primeiro Período: “A grande lição que o fracasso dos planos de estabilização tentados no Brasil na segunda metade dos 1980 e início dos 1990 tinha deixado era que o êxito do combate à inflação dependia da combinação de um mecanismo, adequado de desindexação da economia que não implicasse na quebra dos contratos existentes, com a adoção de austeras políticas fiscal e monetária.”⁵

Assim, de um lado houve trabalho para desestruturar a indexação da economia, dado que a moeda de então “era quase totalmente substituída por ativos financeiros indexados”, “tanto indexadores quanto ativos financeiros indexados eram criados pelo Estado, a quem competia, com a autoridade da lei, resguardar a moeda da desagregação”.⁶ Do outro, foi fundamental a abertura da economia, que deu-se por duas vias: “1) reduções de tarifas de importações; e desburocratização e 2) redução de barreiras não tarifárias.”⁷ “Os importados ficaram mais baratos, obrigando os produtores nacionais a segurar ou a reduzir seus preços, a inflação despencou.”⁸

“O modelo voltado para o combate à inflação, com câmbio fixo, também trouxe efeitos colaterais, como a incapacidade de crescer e a inevitável seqüência de déficits na balança comercial. Para resolver o problema foi necessário atrair dinheiro externo, oferecendo

³ KUCZYNSKI, P.P.; WILLIAMSON J. Depois do Consenso de Washington: crescimento e reforma na América Latina. São Paulo. Editora Saraiva. 2003.

⁴ Especial, “A Era FHC”, Exportar: A Prioridade Número Um, Revista Isto É Dinheiro, 02/01/2003

⁵ Fábio GIAMBIAGI; Ana Cláudia ALÉM, Finanças Públicas – Teoria e Prática no Brasil, p.149.

⁶ João do Carmo LOPES; José Paschoal ROSSETI, Economia Monetária, p. 380.

⁷ João do Carmo LOPES; José Paschoal ROSSETI, Economia Monetária, p. 380.

⁸ Gustavo PATU, Plano nasce da mistura de economia e política, Folha de São Paulo: 27/06/2004.

juros altos para investidores. E o Brasil mergulhou em dívidas.”⁹ A âncora cambial obrigou uma política monetária de juros altos. Isso levou a uma profunda piora da situação externa do país, com a explosão da dívida pública,^{”10} opina Armando Pinheiro, economista do IPEA.

“Após a estabilização, apesar da venda de ativos resultante das privatizações, a dívida pública interna voltou a ser acionada como mecanismo de equilíbrio dos orçamentos públicos e como contrapartida do ingresso de capitais, estimulado para compensar os elevados déficits de conta corrente do balanço de pagamentos. A questão crucial, a sustentabilidade da expansão continuada da dívida pública, fundamentada na elevada taxa de juros para atrair capitais.”¹¹

Segundo “o economista Paulo Nogueira Batista Júnior, tratava-se de um tripé, resumido em câmbio fixo, déficit primário, ou seja, gastava-se mais dinheiro do que se arrecadava, antes mesmo de honrar o pagamento da dívida externa – e uma política fiscal problemática.”¹²

Havia abundância de recursos no mercado internacional. “O dólar barato provocou uma enxurrada de importações e viagens ao exterior; o buraco nas contas externas tornou o país dependente de capital externo.”¹³ O problema é que em não havendo poupança interna, a fonte de recursos será sempre o mercado internacional, a princípio abundante em recursos, mas que passa a ficar temeroso ante as sucessivas crises de liquidez.

“Era a âncora cambial, a estratégia pela qual vários países latino-americanos puserem fim a anos de inflação crônica, de aproveitar a fartura de dólares no mercado global para segurar os preços.”¹⁴ O primeiro susto veio com a crise do México, no final de 94. A âncora cambial mexicana mostrava seu preço, e o peso sucumbia depois de perdas sucessivas das reservas em dólar do país. Mais tarde viriam as crises da Ásia, em 97, e da Rússia, em 98.¹⁵

I.2-Segundo Período: A estabilização da moeda ocorreu à custa do desequilíbrio das contas públicas. Entre 1994 e 1999 o país gastou como sempre gastara. A despeito do discurso, não houve superávit primário nas contas públicas, os efeitos colaterais mais notórios da política de real valorizado foi a raquitização das exportações brasileiras e o esfarelamento da indústria local. Portanto, desestimulou o investimento.

⁹ A Era FHC, Exportação: A Prioridade Número Um, Revista Exame Especial, 02/01/2003

¹⁰ Érica FRAGA, Maior estabilidade não se converte em crescimento, , Folha de São Paulo: 27/06/2004

¹¹ João do Carmo LOPES; José Pachoal ROSSETI, Economia Monetária, p. 389.

¹² Juliana SIMÃO, Era FHC, Ondas de Desafio, Revista Exame Especial , 02/01/2003.

¹³ Juliana SIMÃO, Era FHC, Ondas de Desafio, Revista Exame Especial , 02/01/2003.2

¹⁴ Gustavo PATU, Plano nasce da mistura de economia e política, Folha de São Paulo: 27/06/2004.

¹⁵Ibdi

“As taxas levadas atraíram muito capital externo de curto prazo, fazendo com que as Reservas Internacionais saíssem de US\$ 52,5 bilhões para US\$ 70,0 bilhões entre janeiro e junho de 1998. Na metade de 1998, já eram crescentes as dívidas com relação à continuidade desse cenário econômico.”¹⁶

As turbulências se acumulavam, crescia a desconfiança quanto ao plano brasileiro, e o Banco Central tinha que elevar os juros para atrair capital externo. Os juros fulminaram a promessa de equilíbrio fiscal, e a dívida pública explodiu.”¹⁷ “ O país sempre reagiu aumentando a carga tributária e os juros.”¹⁸

Tendo reduzida a sua capacidade de captar recursos externos para financiar suas compras e contínuo endividamento, a gestão volta-se para uma nova política econômica, em janeiro de 1999, de um lado “o abandono do regime de câmbio controlado”, “a âncora cambial” e do outro “a introdução do sistema de metas inflacionárias, que alterou profundamente a forma de conduzir a política monetária.”¹⁹ Agora a ordem era exportar e obter recursos via balança comercial, daí a maxidesvalorização do câmbio que precedeu a mudança no regime cambial, visando a expansão das exportações.

A partir de 1999 o FMI assumiu a gestão macroeconômica e se começaram a produzir superávits acima de 3% do PIB. Por conta dos juros recordes cobrados [1995-1998] (22% reais) e da maxidesvalorização em janeiro de 1999. A dívida pública brasileira cresceu dez vezes, chegando a 63% do PIB [2002], apesar da mais intensa arrecadação de impostos da história.”²⁰

II-A Revisão Teórica

Dentre as razões da motivação pela escolha do instrumental keynesiano para este estudo está o fato do momento histórico onde sua teoria foi forjada, seguindo os preceitos liberais da teoria econômica da “Inglaterra, após a Primeira Guerra Mundial, com o aparecimento de um desemprego sem precedentes, de graves conseqüências econômicas e sociais”²¹. Keynes “fora educado na versão de Cambridge da teoria clássica e a ela se ativera

¹⁶Luiz MACAHYBA, Gerente Técnico, ANDIMA, ANDIMA divulga série histórica sobre evolução dos juros no Brasil, p.77.

¹⁷ Gustavo PATU, Plano nasce da mistura de economia e política, Folha de São Paulo: 27/06/2004.

¹⁸ Érica FRAGA, Maior estabilidade não se converte em crescimento, , Folha de São Paulo: 27/06/2004

¹⁹ Luiz MACAHYBA, Gerente Técnico, ANDIMA, ANDIMA divulga série histórica sobre evolução dos juros no Brasil, p.75.

²⁰Especial, “A Era FHC”, A Herança de Malan, Revista Isto É Dinheiro, 02/01/2003.

²¹ Paul HUGON, História das Doutrinas Econômicas, p.406.

por muitos anos”, “foi aluno de discípulo de Marshall”, “maior dos economistas clássicos de Cambridge”.

A formação clássico-liberal não o impediu ao confrontar a teoria existente com a realidade, que se fizesse crítico em relação ao seu aprendizado. Anuncia em seu livro: “Argumentarei que os postulados da teoria clássica se aplicam apenas a um caso especial e não a um caso geral.”²² E mais: “As características desse caso especial não são da sociedade econômica em que realmente vivemos, de modo que os ensinamentos daquela teoria seriam ilusórios e desastrosos se tentássemos aplicar as conclusões aos fatos da experiência.”²³

O que ele chama de “caso especial” se traduz em que “a teoria clássica baseia-se na presunção de pleno emprego do trabalho e demais fatores de produção.”²⁴ Para os clássicos, “podem ocorrer períodos de queda do pleno emprego, mas consideram-se tais como anomalias e a explicação dos mesmos não constitui uma parte básica da matéria versada pela teoria econômica clássica”.²⁵

Eis o problema de Keynes: de um lado a realidade econômica apresentando desemprego, do outro a teoria política existente afirmando que este era mera anomalia, e tendo como solução apenas outro preceito: “a política social que assegura o pleno emprego normal é a do *laissez-faire*, a ausência de intervenção estatal na empresa privada.” Para o liberalismo econômico: “o interesse individual coincide com o interesse geral, deve-se na prática, deixar plena liberdade de ação aos interesses privados.”²⁶ De forma natural o mercado se auto regula, entretanto “Keynes não tinha ilusões a respeito da mão invisível que se supõe guiar as pessoas pela senda reta quando persistem em cuidar dos próprios interesses.”²⁷

Partindo da sua concepção de pleno emprego, o problema dos clássicos é alocação de recursos, o que é coerente se partir da tal suposição, que por seu lado se apóia no princípio econômico conhecido como Lei de Say, ou seja, “a aceitação do emprego total como condição de uma economia de troca é justificada na teoria econômica clássica mediante a suposição de que a oferta cria sua própria procura.”²⁸

É neste ponto que Keynes inicia sua estruturação teórica. Ora, se isto ocorresse de fato não haveria desemprego; o problema é que há, definindo assim o entendimento da variável

²² John Maynard KEYNES, Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro, p. 15.

²³ Ibid.

²⁴ Dudley DILLARD, A Teoria Econômica de John Maynard Keynes, p.16.

²⁵ Ibid. p.17

²⁶ Paul HUGON, História das Doutrinas Econômicas, p.106.

²⁷ Dudley DILLARD, A Teoria Econômica de John Maynard Keynes, p.25.

²⁸ Ibid. p.18

emprego. “O ponto de partida da teoria do emprego, de Keynes, é o princípio da procura efetiva. O pleno emprego depende da procura agregada e o desemprego é resultante duma carência de procura agregada.” Eis a relação básica, afirmando que a oferta não gera sua procura, mas se dá em sentido inverso, a procura é que deverá definir aquilo que há de ser ofertado.

De forma sintética, a teoria de Keynes: “O objetivo último da teoria de Keynes é explicar o que determina o volume do emprego. O ponto de partida é o princípio da procura efetiva que afirma que o emprego depende da soma dos gastos com o consumo e dos gastos com investimento. O consumo depende do volume da renda líquida dos consumidores e da propensão a consumir, e o investimento depende da eficácia marginal do capital [taxa de lucro] tomada juntamente com a taxa de juros. Uma elevada propensão a consumir é favorável ao emprego, e um dos remédios contra o desemprego consiste adotar medidas adequadas para aumentar a propensão a consumir. Quando aumento o investimento, fazendo aumentar a renda, os incrementos de renda resultantes são gastos, em grande parte no consumo.”²⁹

Ao exposto deve se acrescer: ao transformar-se em demanda efetiva a renda encontra dois desaguadouros - o consumo e o investimento. Quanto ao consumo, ele depende da propensão marginal a consumir. “A suposição de Keynes de que a propensão a consumir é relativamente estável a curto prazo é uma generalização da experiência real e constitui uma parte essencial da sua teoria”³⁰. Disto resulta que “a quantidade de consumo da comunidade varia de uma maneira regular de acordo com a renda agregada.”³¹ Conclui-se que o consumo é guiado pela estabilidade e constância.

Em sentido diferenciado, quanto ao investimento: “a procura efetiva do investimento é mais complexa e mais instável que a procura efetiva pelo consumo.”³² Isto ocorre porque a decisão de investir depende das expectativas futuras. “Como tais expectativas amiúde se baseiam em precárias previsões do futuro, o volume de investimento está sujeito a amplas flutuações.”³³ Assim, a demanda efetiva por investimento é flutuante e instável sendo, portanto, ele a variável em última instância a definir as flutuações no nível de emprego.

O investimento significará aplicação em bens de capital que implicam em acréscimo de riqueza; é via investimento que atua diretamente no processo de crescimento da renda.

²⁹ Dudley DILLARD, A Teoria Econômica de John Maynard Keynes, p.70.

³⁰ Ibid.p.36

³¹ Ibid.p.36

³² Ibid. p.37.

³³ Ibid.p.37

Como já ficou definido será a variável “investimento” o objeto de estudo deste texto, em sendo assim, cabe um acréscimo a seu respeito, a demanda por investimento, é a princípio definida pela comparação com a remuneração da taxa de juros e a taxa de lucro, fica a cargo das expectativas criadas, dada a instabilidade futura de taxa de lucro, associado ao quadro institucional do presente, por estas razões, as flutuações da demanda efetiva, serão ocasionadas pelo gasto em investimento, em contraposição a tendência a constante da propensão marginal do consumo que determina juntamente com o consumo a demanda total, entretanto as flutuações da produção ficarão a cargo do volume investido, de forma a também a flutuação do emprego a este ficar relacionado na condição de dependência.

O caráter benéfico do investimento não se esgota na sua função de determinar as flutuações do emprego. A ele estará associado um importante instrumento de dinamização da economia, é chamado: multiplicador do investimento.

“Quando o investimento aumenta, a renda nacional também aumentará não apenas da quantia do investimento, mas de um múltiplo da mesma.” Explicando: a demanda por bens de consumo se encerra no ato de consumir, enquanto a por bens de investimento, além do acréscimo em si, implica em consumo adicional inerente àqueles empregados no setor de bens de capital. O investimento por si só é criador de demanda adicional. Tal processo é o que ficou conceituado como, multiplicador do investimento. Tal resultado é inerente tanto ao investimento privado como ao público. E neste sentido, conforme visto, em caso da necessidade de intervenção do Estado, é o gasto em investimento, em razão de seus efeitos benéficos, como dinamizador da economia. Por esta razão vê o conceito de multiplicador como aspecto estratégico, inclusive na própria gestão pública, na direção do “investimento público”³⁴ “O investimento público como fonte de gasto estatal, como fonte de demanda efetiva e períodos em que a empresa privada não proporciona suficiente investimento para promover o emprego.”³⁵

Concluindo, a variável investimento merece um cuidado especial, no mínimo por ser a responsável pela flutuação do emprego, e por ser benéfica no sentido de criadora de demanda adicional. A princípio isso cabe ser feito pela iniciativa privada, porém, como se sabe que as expectativas influenciam sua efetivação, a utilização por parte do governo de seu instrumental econômico para estimulá-lo seria de bom grado, afinal é ele o maior dinamizador da produção

³⁴ Dudley DILLARD, A Teoria de Jonh Maynard Keynes, p.70.

³⁵ Ibid. p.71.

de renda e, portanto, de possibilidade de bem-estar social. Ou em última instância caberá o Estado a atuação anti-cíclica, gastando em investimento nos momentos de baixa na economia.

III - Estudo e Análise do Investimento Produtivo.

III.1 -Variáveis Influenciadoras do Investimento

1-Poupança e Investimento

Dois indicadores diretamente afetados por este dado: de um lado o consumo, ora dependendo do destino dado à renda transferida ele poderá diminuir ou aumentar. No primeiro caso enfraquecendo a demanda e a produção, e no segundo, em sentido inverso. Entretanto, como foi visto, a propensão ao consumo se caracteriza por constância. De outro lado, alterará a poupança; o poupado individualmente é aquilo que excede o consumo. Neste caso, como houve redução da renda líquida do setor privado o que temos é queda de poupança, e esse excedente é a origem do investimento.

Neste quesito, estudos do Banco Mundial apontaram que países com poupança ao redor de 20% do PIB não conseguem superar a barreira de 2,5% de crescimento. É o caso do Brasil: estamos amarrados ao baixo nível de poupança. Por mais de 20 anos o percentual médio de crescimento do PIB tem sido de 2,5%, enquanto a poupança tem atingido níveis abaixo de 20% do PIB. Desse total, a poupança privada interna situou-se em cerca de 19% e a externa variou de 5% a -1% no período.³⁶

Poderia o governo estar fazendo tal poupança com os recursos transferidos, mas infelizmente “a contribuição do Estado brasileiro para a poupança nacional nos últimos 20 anos tem sido nula ou até negativa, com o setor privado transferindo recursos para o governo.”³⁷

A gestão da política fiscal do governo por via de sua política fiscal inverteu o seu papel, ao invés de fomentador do crescimento ao transferir recursos de tamanha monta feriu a poupança privada; sem compensações de sua parte, inibiu a principal fonte de investimentos.

³⁶ Jorge Gerdau JOHANNPETER, Por que a China cresce mais que o Brasil?, Folha de São Paulo, 28/05/2006.

³⁷ Ibid.

2- Decisão de Investir : Taxa de Juros x Margem de Lucro

Na teoria keynesiana a taxa de juros, tida como um instrumento de política econômica, e juntamente com as expectativas, está diretamente relacionada com a decisão de investir a partir de uma comparação com a taxa de lucro.

Destacando a questão da comparação taxa de juros com taxa de lucro. A palavra investimento costuma referir-se tanto a aplicação financeira como a investimento produtivo. Aqui seu uso se refere ao segundo. De forma pedagógica, diria que existe um excedente de recursos ao qual se busca dar um rendimento. Duas são as opções: a aplicação financeira ou o investimento produtivo, respectivamente a taxa de juros ou a taxa de lucro. Eis a comparação básica.

O período foi caracterizado por altas taxas de juros, o que implica em dizer que favoreceu a decisão em favor de se aplicar excedentes no setor financeiro; em prejuízo ao setor financeiro atuou a política monetária de juros como desestímulo ao investimento durante todo o período.

“Os juros astronômicos usados para defender a sobrevalorização do real que causaram a explosão da dívida pública e a maciça transferência de renda dos setores produtivos para os bancos.”³⁸ O país endividado necessita manter juros altos para continuar atraindo recursos. “O investimento privado não acontece [em maior proporção] porque a taxa de juros é muito alta. Por isso, na hora de decidir entre comprar um título público e comprar uma fábrica, muitos empresários ficam com a primeira opção que é muito mais rentável.”³⁹ “Uma aplicação conservadora no mercado financeiro rendeu, nos últimos nove anos (1995 a 2003), quatro vezes mais do que o investimento produtivo no país, além de ter pago muito menos impostos”⁴⁰

“Em dez anos de nova moeda, o lucro líquido do setor produtivo no país somou R\$ 210,4 bilhões. O montante em 2003, o último ano com dados fechados, foi 135,1% superior ao verificado em dezembro de 1994.” “Nesse mesmo período, a taxa de expansão no lucro

³⁸ Especial, “A Era FHC”, A Herança de Malan, Revista Isto É Dinheiro, 02/01/2003

³⁹ Cíntia CARDOSO, Reportagem / Entrevistado, João SICSÚ, Professor e Economista UFRJ, País mantém “stop and go”, diz economista, Folha de São Paulo, 23/03/2006.

⁴⁰ Sandra BALBI, Reportagem, Fundos rendem 4 vezes mais que produção, Folha de São Paulo, 11/07/2004.

dos bancos foi ainda superior, uma expansão de 273,4%”, “se incluídos 29 bancos de diferentes portes.” Porém “1.039% sobre 94”, “foi o ganho conjunto dos dez maiores”. “A taxa anual de retorno do setor produtivo não passou de um dígito média de 5,47% de 1994 a 2003, o setor financeiro alcançou uma taxa de 14,95% no mesmo intervalo de tempo.” São inerente ao um cruzamento de informações da consultoria Econômica e da ABM Consulting.”⁴¹

Por fim, no embate entre as duas opções uma informação fundamental: “sobre a produção incidem até 61 tributos. Se uma empresa decide fazer uma aplicação de prazo inferior a 30 dias, arca com apenas seis.”⁴² No saldo entre discursos e atitudes, a opção taxa de juros.

3-Decisão de Investir : Expectativas

Dentro do roteiro teórico keynesiano outro fator, além da comparação taxa de juros e taxa de lucro, este mais subjetivo, também influencia o investimento: as expectativas. “Como tais expectativas amiúde se baseiam em precárias previsões do futuro, o volume de investimento está sujeito a amplas flutuações.”⁴³ “O estado vago e incerto de nosso conhecimento exclui a possibilidade de que tais previsões possam reduzir-se a uma base racional e científica.”⁴⁴ Seja como for o futuro será sempre projetado do presente, e neste sentido existe toda uma série de variáveis externas ao negócio, de cunho institucional, envolvendo aspectos legais e burocráticos. No caso brasileiro haveria de se pensar numa compensação, dado o quadro negativo da taxa de juros.

Ponto de partida, à abertura de uma empresa, segundo estudo do SEBRAE, constatou-se: “da abertura à venda do primeiro produto o consultor contabilizou, no mínimo, 107 passos,”⁴⁵ o que implicaria na utilização de 152 dias, segundo o Fazendo Negócios 2005, do Banco Mundial.⁴⁶

Passando por sua manutenção, dados colhidos pelo IBPT, em relação à legislação tributária, que ele esta regulamentada por 55.767 artigos, 33.354 parágrafos, 23.497 incisos,

⁴¹ Adriana MATTOS, Empresas elevam lucro em 135%, e bancos, em 1.039%, Folha de São Paulo, 27/06/2004.

⁴² Sandra BALBI, Reportagem, Fundos rendem 4 vezes mais que produção, Folha de São Paulo, 11/07/2004.

⁴³ Ibid. p. 37.

⁴⁴ Ibid. p.10.

⁴⁵ Andressa ROVANI, Reportagem, Questão de Tempo, Folha de São Paulo, 07/11/2004.

⁴⁶Ibid.

9.956 alíneas e ocupando a 18.559 páginas que originam 61 encargos entre municipais, estaduais e federais, assessorados por 93 obrigações.

Optando pelo fechamento é bom saber que: “dependendo da situação, são tantas certidões, formulários e visitas a órgãos públicos”, que justificam com que , o CNPJ possuam 14,7 milhões de empresas, das quais 8,2 milhões ativas e 3 milhões foram canceladas. Os 3,5 milhões restantes flutuam numa espécie de "limbo"; apesar de registradas, empresas são consideradas inaptas.”⁴⁷

Há hostilidade à atividade empresarial, já captada em relatórios, como da empresa Heritage Foundation: “o Brasil caiu dez posições no ranking mundial de liberdade econômica, ocupando em estudo deste ano (2005) o 90º lugar entre 155 países avaliados. A nota do país aumentou de 3,10 para 3,25, o que representa menor liberdade econômica.”⁴⁸ E ainda a "Fazendo Negócios 2006”, do Banco Mundial, onde o país ficou com a 119ª posição em uma lista de 155 economias..”⁴⁹

“O ambiente para abrir, tocar e fechar empresas no Brasil é um dos mais sufocantes entre mais de uma centena de países pesquisados pelo Banco Mundial. Essa cultura anti-negócios constitui um dos maiores entraves ao crescimento econômico do país.”⁵⁰ A gestão pública não produz compensações para as altas taxas de juros, via quadro institucional. O Brasil desestimula o investimento produtivo e dada sua importância prejudica a viga mestra da economia de mercado.

4-A Política Fiscal e O Investimento.

De forma sintética, a política fiscal será a interação das receitas tributárias com as despesas do orçamento público a promover saldo superavitário ou deficitário, a partir da relação entre setor público e privado, onde respectivamente o primeiro implicará em entrada de saída de recursos do setor privado para o público, enquanto o outro, saída de recursos do setor público para o privado.

A política fiscal tem aspecto fundamental na teoria keynesiana. É através dela que o autor, tendo como seu problema central o emprego, procura resolver a questão pela via do

⁴⁷ Danielle BORGES, Reportagem, Burocracia "emperra" fechamento, Folha de São Paulo, 18/04/2004.

⁴⁸ Da REDAÇÃO, Ranking de liberdade econômica rebaixa país, Folha de São Paulo, 05/01/2005.

⁴⁹ Fernando CANZIAN, Brasil é ruim para fazer negócios, diz Bird , Folha de S.Paulo,13/09/2005.

⁵⁰ Eurípedes ALCÂNTARA; Chrystiane SILVA, O Brasil entre os piores do mundo, Revista Veja, Edição 1838, 28/01/2004.

investimento público. Sinteticamente, supondo uma situação de crise e desemprego na economia, como reagiriam os investidores privados diante da possibilidade de não terem a quem vender suas mercadorias ou serviços? Não investiriam, afinal o seu fundamento é o lucro. Diante de tal situação o que faria o setor público? Substituiria conjuntamente o privado, fazendo investimentos, criando gasto que haveria de induzir à produção, de gerar renda, ser parte despendida em consumo, sendo que a não despendida geraria o excedente poupado que, dependendo do estímulo, a inversão produziria novo investimento.

Tal processo ocorreria enquanto houvesse necessidade, isto porque a retomada do crescimento da economia criaria condições atrativas para o investimento privado. A percepção do gestor público seria de retirar-se à medida que o investimento privado assumisse, e se até então criasse saldos deficitários visando colocar recursos na economia, passasse, então, a retomar recursos visando superávits para reduzir a dívida estocada no período anterior.

A chamada carga fiscal anual é o total transferido do setor privado para o público de ano em ano. No período em questão (1994-2004) tivemos um contínuo aumento de carga tributária, “a carga tributária que, no decênio 1994-2003, subiu de 25% para 36% do PIB, continuará ascendente. ⁵¹ [confirmou-se 38,11% para 2004]”, gerando uma situação em que o contribuinte brasileiro, segundo estudo IBPT, para suprir o governo trabalha até dia 25 de maio: serão 145 dias de trabalho no ano.

5-Déficits e Superávits Públicos e o Investimento.

Ponto inicial é desvincular estes dois conceitos de concepções maniqueístas, de bem e mal; não se trata de uma coisa ou outra, mas antes, de instrumentos de atuação macroeconômica; o fundamental é saber a que se destinam. Como visto acima, o déficit pode ser instrumento de recuperação econômica. Mas e déficit do período?

Seja entendido o déficit como característica do primeiro período, entre 1994 e 1998. Ele foi produzido visando a estabilização da moeda via âncora cambial, câmbio fixo. Na ausência de poupanças externas serviu para financiar as importações tidas como essenciais para combater a eventual demanda a ser produzida internamente em razão da valorização da

⁵¹ Folha Opinião, Carga Insuportável, Folha de São Paulo. 06/03/2004.

moeda . Não beneficiou a indústria nacional que perdeu parte de seu mercado para produtores internacionais, além de sofrer com a concorrência de tecnologia mais avançada e capital mais concentrado, resultando em desnacionalização, e investimento que antes implicou em mais importação, não criando seu ciclo positivo internamente.

Déficit que resultou em endividamento, em consumo, mas não no investimento na sua forma de criar um ciclo virtuoso. Déficit de balança comercial, transferência de divisas para pagar dívidas., com o Brasil não só exportando renda, mas demanda e produção para outros países.

Quanto ao superávit adotado a partir de 1999, está associado a criar garantias de pagamento de juros; associaram-se assim recordes de arrecadação e corte de despesas com serviços públicos prestados, superávit direcionado ao setor financeiro. Um ponto positivo, porém: a falta de recursos para importar e a necessidade de exportar contribuíram para aumentar sua parcela do mercado internacional, por acaso, agora favorável, aproveitando-se inicialmente com o dólar desvalorizado.

Longe de estar associado à recuperação econômica, sua origem está justamente na falta de poupança nacional. No Brasil, os seus ciclos de crescimento econômico são financiados com poupanças externas. Foi assim no Pacto de Taubaté, na era JK, no “Milagre Econômico”, e no momento da implantação do Plano Real, necessitando de recursos para financiar as importações, e os encontrando em abundância no mercado internacional: o gestor público se endividou.

Portanto, tem como destino o setor financeiro. O governo transfere, sim, recursos ao setor privado, mas exclusivamente a uma área. Já quanto ao superávit de balança comercial, este sim traz renda nova para o país, e estimula investimentos, porém também de forma direcionada aos setores vinculados a exportação.

6- Política de Crédito e Investimento

A taxa de juros altos não influencia apenas na decisão de investir, de quem tem um excedente, também influencia aquele que necessitar de recursos de terceiros para poder investir em produção. Seria o crédito, cuja função deveria ser o sistema bancário financiar o

setor produtivo (investimento) e os consumidores (consumo), potencializando a demanda por bens e serviços, levando ao crescimento da produção, do emprego e da renda.

No Brasil não é isto que ocorre: “quase 80% do crédito disponível nos bancos é sugado pelo governo para financiar a dívida pública. O que sobra para os bancos emprestarem às pessoas e às empresas é exorbitantemente taxado. Cerca de 30% do custo total de um empréstimo bancário é puro imposto.”⁵² O governo não só contribui para a escassez dos recursos a serem emprestados, como também ajuda a encarecer o seu preço. “Como não consegue abater a dívida pública, o governo é obrigado a pagar juros estratosféricos a fim de conseguir dinheiro. É por isso que os brasileiros têm a maior taxa de juro real do mundo, cerca de 10%..”⁵³

Concluindo, também a política de crédito não contribui para fomentar o investimento, em que pesem eventuais linhas de crédito pontuais.

III.2-A Situação do Investimento no Período

A taxa de investimento caiu nos últimos anos: segundo o IBGE, em 2002, último dado anual disponível, a formação bruta de capital fixo das empresas não-financeiras representou 23,63% do valor adicionado (tudo o que foi produzido menos despesas). Em 1995, havia sido 27,18 %.⁵⁴

Nesse sentido se insere a queda do “percentual de investimento em relação ao PIB, que é o que o IBGE classifica como formação bruta de capital fixo, ou seja, os investimentos em expansão de capacidade de produção e aquisição de máquinas e equipamentos”⁵⁵, de 1994 a 2003, de 20,81% para 17,29%.

“É esse baixo nível de investimento que determina o baixo potencial de crescimento da economia”⁵⁶, sustenta o IEDI, ratificado pelo economista Armando Pinheiro, do IPEA de que “o crescimento do estoque de capital foi de 3,2% ao ano no período entre 1981 e 1993 e de 2,2% entre 1994 e 2002.”⁵⁷

A consequência desta ação distorcida da política pública de investimento será que: “A economia brasileira permanece suscetível a um ritmo de crescimento “stop and go”, com taxas

⁵² Monica WEINBERG, Renda - Está doendo no bolso, Revista Veja, Edição 1844. 10/03/2004

⁵³ Monica WEINBERG, Renda - Está doendo no bolso, Revista Veja, Edição 1844. 10/03/2004

⁵⁴ Maeli PRADO; Érica FRAGA, "Estamos condenados a investir", diz Fiesp, Folha de São Paulo. 01/07/2004.

⁵⁵ Sucursal do Rio, Taxa de investimentos encolheu em 2003. Folha de São Paulo, 01/04/2004.

⁵⁶ Ibid.

⁵⁷ Érica FRAGA, Maior estabilidade não se converte em crescimento, , Folha de São Paulo: 27/06/2004.

de expansão do PIB que alternam fases de crescimento mais baixo e outras com um maior dinamismo.” ”Essa oscilação ocorre por causa do baixo nível de investimentos em proporção ao tamanho da economia brasileira.”⁵⁸

III.3-Variáveis Influenciados pelo Investimento

1-Investimento e Produção

A variável produção será representada pelo PIB ou Produto Interno Bruto, “é um indicador que procura expressar em um único número a produção de todos os serviços e mercadorias finais dentro das fronteiras do país, num determinado ano.”⁵⁹ O PIB será antes efeito do que causa, resultado do trabalho da sociedade, guiado pela gestão do governo.

No período 1994-2004, a média de crescimento do PIB foi de 2,72%”, bem inferior aos 7% esperados para os anos noventa ou mesmo os 5% para o primeiro decênio do século XXI. No segmento [1995–1998] o Brasil cresceu 2,6%, enquanto [1999-2002], 2,2%. São índices menores do que os das chamadas “décadas perdidas” (entre 1975 e 1994), quando a nação crescia a 3,5% ao ano em média.

A conseqüência: “o mercado recebe 1,5 milhão de novos trabalhadores a cada doze meses.”⁶⁰. Não apenas isto, a economia estará sujeita também ao fator produtividade, que atuará negativamente sobre a criação de empregos. Crescimento do PEA e evolução da produtividade, não absorvidos, significarão estoque de mão-de-obra. Quanto ao investimento, a variável produto não o estimulará, formando expectativas negativas para investir, eventualmente a abundância de mão-de-obra poderá causar pressão baixista nos salários atuando como estímulo indireto pela via do custo.

2-Investimento e Emprego do Trabalho

“Segundo o IBGE, no final de 1994 o desemprego era de 4,5 milhões de trabalhadores, 6,1% da PEA. Em 1998, 7 milhões, 9,2% da PEA. Em 2000, atingia 11,5 milhões, 15% da PEA. Um milhão de desempregados a mais para cada [ano do período].⁶¹

“Há diversas causas que explicam esse quadro. Uma delas é a crescente automatização das fábricas, que progressivamente vêm substituindo seus operários por máquinas. O Brasil é o campeão de mecanização da América Latina.”⁶²

⁵⁸ Cintia CARDOSO, Reportagem / Entrevistado , João SICSÚ, Professor e Economista UFRJ, País mantém "stop and go", diz economista, Folha de São Paulo, 23/03/2006.

⁵⁹ Eliana A. CARDOSO, Economia Brasileira Atual ao Alcance de Todos, p.15

⁶⁰ ESPECIAL “A ERA FHC”, O Gargalo do Emprego , Revista Isto É Dinheiro, 02/01/2003.

⁶¹ Reportagem, A regressão do trabalho na “era FHC”, Folha de São Paulo: 15/07/2004.

”A modernização tecnológica do Brasil a partir de 1990, eliminou de 10,76 milhões de empregos até 2001. Enquanto as importações eliminaram 1,54 milhão.”⁶³

“Ao fim , 12,3 [10,76 + 1,54] milhões de empregos [eliminados] em 11 anos fez com que o saldo entre criação e eliminação de vagas no período fosse positivo em 3,24 milhões. A demanda doméstica criou 11,96 milhões, e as exportações mais 3,58 milhões. [O total] de 3,24 milhões de empregos criados [é pouco] se consideramos que de 1,5 milhão pessoas entram no mercado de trabalho por ano. ”⁶⁴

Keynes, ao desenvolver sua teoria, identifica as flutuações do investimento como responsáveis pelas flutuações do emprego, seja do trabalho, seja do capital. Acima se conclui sua insuficiência na geração de postos de trabalho.

3-Renda e Investimento.

Desde o início dos anos 80 o rendimento médio mensal real do trabalhador (R\$ 547) era um dos mais baixos, e a proporção de pobres (44% da população), uma das mais altas. Com o Real, O rendimento médio mensal real pulou para a faixa de R\$ 700 e cresceu até 97. Os efeitos do Real começaram a perder força a partir de 97⁶⁵ Este significativo aumento, entretanto não foi mantido.

De acordo com IBGE em 1995, nas seis principais capitais do país, o brasileiro ganhava R\$ 724,59 por mês. Em 2001, R\$ 695,13. À primeira vista pode até parecer uma redução pequena. Mas ela se torna monstruosa quando colocada ao lado da inflação acumulada do período: 134%, pelos dados do DIESEE. Aqui se comprova que além da queda nominal, acabou por também haver corrosão inflacionária, de forma a intensificar a queda real.

Outra avaliação possível seria a da renda líquida, daquela que sobra para efetivamente se gastar, e neste caso existem perdas pela via da transferência para o governo por conta do aumento da carga tributária, ao menos 13 % a mais do total da renda tomou rumo dos cofres públicos.

Ainda dentro de renda líquida, outro processo que se tornou comum foi a perda causada pelo política do governo em relação aos preços monitorados, dentre os quais as

⁶² Especial, ‘A Era FHC’, O Gargalo do Emprego, Revista Isto É Dinheiro, 02/01/2003.

⁶³ Fátima FERNANDES, Tecnologia cortou 10,8 milhões de empregos, Folha de São Paulo, 18/01/2004.

⁶⁴ Ibid.

⁶⁵ Fátima FERNANDES ; Cláudia ROLLI, Conquistas sociais da nova moeda não se sustentam, Folha de São Paulo 27/06/2004

tarifas públicas. Embora se venda a idéia de estabilização, o reajuste de preços para os monitorados foi muito maior do que a inflação diante de renda com perda real, portanto nem mesmo acompanhou a inflação, criando transferência de recursos dos sub-indexados para os supra-indexados.

Tendência se generaliza, diz o economista Freitas Filho, da UFRJ, “as tarifas públicas subiram acima da inflação média nos últimos anos. Por isso, têm abocanhado uma parcela maior dos gastos das famílias a cada ano.”⁶⁶ “[1994-2004] A participação das tarifas administradas nos gastos familiares subiu de 14,9% para 20,3%. O aumento de agosto de 94 a maio de 2004 foi de 258,8%, acima da inflação do período, 165,8%.”⁶⁷. Informa o DIEESE

Se em relação à renda absoluta real, após ganhos, esta se reduziu, se a líquida houve efetivas perdas, no que se refere à distribuição, pelo Índice Gini, cuja função: “mede o grau de desigualdade existente na distribuição de indivíduos segundo a renda domiciliar per capita.”⁶⁸ “Seu valor varia de 0 a 1 respectivamente, quando não há desigualdade e quando a desigualdade é máxima.”⁶⁹

“Em 93, antes da nova moeda, o Índice Gini, alcançava 0,60. Esse nível de concentração era um dos mais altos do mundo desde o início dos anos 80. Com o Real, o índice Gini caiu para 0,58, de 95 a 97. Para 0,57, em 98, e para 0,56, de 99 a 2002.”⁷⁰ De onde se conclui que houve uma pequena melhora da distribuição.

Conclusão

A conclusão geral foi que o governo, no período, tratou de forma inadequada a variável investimento. A começar na poupança, excedente essencial que antecede o investimento; conclui-se que a poupança privada é insuficiente, e seu aumento dependeria de criação de renda, que está comprometida com o viés sempre recessivo da política econômica, objetivando o combate da inflação pela via dos juros altos. Complicador extra é a política fiscal, de um lado com uma carga tributária agressiva, que transfere quase 40% dos recursos para o setor público, enquanto de outro, visa uma política de contenção de despesas que

⁶⁶ Pedro SOARES, “Preços do governo” comem um terço da renda. Folha de São Paulo: 09/02/2004

⁶⁷ Ibid.

⁶⁸ IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Renda - desigualdade - coeficiente de Gini, <http://www.ipea.gov.br/>, Acesso 04/01/2006

⁶⁹ IPEA, Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, Renda - desigualdade - coeficiente de Gini, <http://www.ipea.gov.br/>, Acesso 04/01/2006

⁷⁰ Fátima FERNANDES; Cláudia ROLLI, Conquistas sociais da nova moeda não se sustentam, Folha de São Paulo: 27/06/2004.

deteriora os serviços públicos e que leva com que a população novamente pague por tais serviços. Em ambos os movimentos tem-se o empobrecimento de renda líquida, que fica à disposição para gasto, para o consumo, que dirá excedente a ser poupado.

Supondo que aqueles que consigam se destacar em renda que permita o excedente sobre o consumo, queira formar o seu estoque de poupança, no momento de decidir estará pela frente com duas opções: o caminho da aplicação financeira de um lado, remunerando com a taxa de juros, e de outro o caminho do investimento produtivo. É uma comparação básica de taxas de retorno. O que ocorre no Brasil é que temos atualmente o maior juro real do planeta de um lado, e um setor produtivo, cheio de burocracia, altamente tributado, a disputar um mercado cada vez mais empobrecido, além de todo o trabalho de operar a empresa a opção pelo mercado financeiro parece ser quase óbvia.

“De fato, acumulando-se diariamente a Taxa SELIC nos últimos dez anos (1995-2004), chega-se ao nível de 826,9%. Quando deflacionado pelo IPCA, este percentual alcança 292,6%. Utilizando-se o IGP-M, os juros reais caem para 204,3% nesse mesmo período. Com estas taxas, o Brasil tem se mantido sistematicamente entre as nações que praticam os juros mais elevados do planeta.”⁷¹

O grande problema é que no mercado financeiro nada se produz, mas apenas se transferem recursos de devedor para credor, no plano macroeconômico num sistema fechado, haveria meramente transferências, não geraria riqueza, mas transferia recursos internamente, geralmente a bem da concentração de renda, pois o credor será aquele que já tem estoque de excedente. A opção não produtiva significa rejeitar acionar a principal e mais benéfica variável desenvolvimentista, o investimento produtivo.

É conclusivo: “Em dez anos de nova moeda, o lucro líquido do setor produtivo no país somou R\$ 210,4 bilhões. O montante em 2003, o último ano com dados fechados, foi 135,1% superior ao verificado em dezembro de 1994.” “Nesse mesmo período, a taxa de expansão no lucro dos bancos foi ainda superior, uma expansão de 273,4%”, “se incluídos 29 bancos de diferentes portes.” Porém “1.039% sobre 94”, “foi o ganho conjunto dos dez maiores”. “Quanto à rentabilidade”, “a taxa anual de retorno do setor produtivo não passou de um dígito média de 5,47% de 1994 a 2003, o setor financeiro alcançou uma taxa de 14,95% no mesmo

⁷¹ Luiz MACAHYBA, Gerente Técnico, ANDIMA, ANDIMA divulga série histórica sobre evolução dos juros no Brasil, p.74.

intervalo de tempo.” Tais “dados fazem parte de um cruzamento de informações da consultoria Economática e da ABM Consulting.”⁷²

Ao desenvolver sua teoria Keynes propôs a intervenção do Estado na economia através de déficits fiscais nos seus momentos de crise. E o que se percebe é que embora o Brasil venha apresentando crescimento abaixo da média mundial, a política fiscal pelo contrário vem produzindo superávits, estes sugeridos para os momentos de expansão como forma de quitação de dívidas públicas, anteriormente feitas visando o investimento público, atuando como catalizador na recuperação da economia. Não é o caso brasileiro quando, no primeiro período avaliado, boa parte do déficit produzido foi para pagar dívida velha com dívida nova, política que levou à vulnerabilidade das contas brasileiras, que explica a busca compulsória dos superávits do segundo período, que também não visam organizar no sentido produtivo, mas atenuar de forma paliativa a situação desesperadora da dívida pública, que teve um “incremento nominal de cerca de 11,7 vezes no seu estoque entre 1995 e 2004.”⁷³ “Em dez anos, a dívida pública saltando de 30% para 56,8% do PIB.”⁷⁴

Diante de tal situação, é preciso garantir superávits primários para pagar juros, para continuar tendo acesso a novos empréstimos, mesmo que se paga por eles as mais altas taxas do mundo. Juros que alimenta um poderoso sistema bancário, mas que não serve ao país, pois tem como gigantesco cliente e monopolizador de créditos o governo.

Natural que o percentual investido em relação ao PIB venha caindo “os investimentos em expansão de capacidade de produção e aquisição de máquinas e equipamentos”⁷⁵ entre 1994 a 2003, de 20,81% para 17,29%. É reflexo do desestímulo. E seguindo a seqüência da teoria keynesiana, natural a produção avançar lentamente, estudo da CNI mostra “que a economia brasileira cresceu menos do que o resto no mundo entre 1996 e 2005 e está perdendo importância relativa na economia mundial”.⁷⁶ “O Brasil cresceu em média 2,2% ao ano contra média de 3,8% da economia mundial”, e “para o grupo de mercados emergentes de

⁷² Adriana MATTOS, Empresas elevam lucro em 135%, e bancos, em 1.039%, Folha de São Paulo, 27/06/2004.

⁷³ Luiz MACAHYBA, Gerente Técnico, ANDIMA, ANDIMA divulga série histórica sobre evolução dos juros no Brasil, p.74.

⁷⁴ DA REDAÇÃO, Plano vence inflação, mas não a desigualdade, Folha de São Paulo: 27/06/2004.

⁷⁵ Sucursal do Rio, Taxa de investimentos encolheu em 2003. Folha de São Paulo, 01/04/2004.

⁷⁶ PESQUISA CNI, O Longo Vôo da Galinha, Folha de São Paulo, 23/03/2006

4,9%”, “acumulou expansão de 22,4% para um crescimento de 45,6% na economia mundial”.

⁷⁷ Não surpreende o desemprego constatado.

Finalizando, tal situação em parte reflete no índice qualitativo, IDH-2004, que usa estatísticas de 2002, para o período 1995 a 2002, o IDH brasileiro subiu de 0,739 para 0,775. É um progresso tímido: dá a média de 0,60% de avanço ao ano, quando, no período 1970-1980, o IDH brasileiro melhorava ao ritmo de 2,9% ao ano, 72º em desenvolvimento humano, pouco para a ambição de um país com o potencial brasileiro, que de forma lamentável parece ter assumido o destino do verso de seu hino nacional, “deitado eternamente em berço esplêndido.”

Referências

DIAS, R. (Org); RODRIGUES, W., Comércio Exterior – Teoria e Gestão, São Paulo: Editora Atlas, 2004.

DILLARD, D., A Teoria Econômica de John Maynard Keynes, São Paulo: Editora Pioneira, 1982.

GALBRAITH, J.K., A Economia e o Interesse Público, Editora Pioneira, São Paulo:1988, Prefácio p.XIV

GIAMBIAGI F.; ALÉM A.C., Finanças Públicas – Teoria e Prática no Brasil, Rio de Janeiro: Elsevier, 2000.

HEADY, Ferrel, Administração Pública – Uma Perspectiva Comparada, Rio de Janeiro: Zahar Editores – 1970

HUGON, P., A História das Doutrinas Econômicas, São Paulo: Editora Atlas, 1980.

LEFTWICH R.H., O Sistema de Preços e a Alocação e Recursos, São Paulo: Editora Pioneira. 1979.

LOPES, J.C., ROSSETI, J.P., Moedas e Bancos – Uma Introdução, São Paulo: Editora Atlas, 1983.

LOPES, J.C., ROSSETI, J.P, Economia Monetária, São Paulo: Editora Atlas, 1998.

KEYNES, J.M., Teoria Geral do Emprego, do Juro e do Dinheiro, São Paulo: Abril Cultural, 1983.

⁷⁷ PESQUISA CNI, O Longo Vôo da Galinha, Folha de São Paulo, 23/03/2006

KUCZYNSKI, P.P.; WILLIAMSON J., Depois do Consenso de Washington: crescimento e reforma na América Latina. São Paulo. Editora Saraiva. 2003.

KWASNICKA, E.L., Introdução à Administração, São Paulo: Editora Atlas, 2004.

MAXIMIANO, A.C.A., Teoria Geral da Administração – Da Revolução Urbana à Revolução Digital, São Paulo: Editora Atlas, 2005.

REZENDE, F. Finanças Públicas, São Paulo: Editora Atlas, 1983.